

TSE indica que Bolsonaro será alvo na esfera criminal

Bolsonaro deve sofrer derrotas criminais em breve após revés no TSE

Ex-presidente da República é alvo em apurações relacionadas aos ataques de 8 de janeiro e ao inquérito das milícias digitais

Fabio Serapiao

BRASÍLIA A condenação de Jair Bolsonaro (PL) no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) sinaliza que o ex-presidente pode ser punido também na esfera criminal nos próximos meses.

Por 5 votos a 2, a Justiça Eleitoral tornou Bolsonaro inelegível até 2030. Sem mandato, ele ainda responderá no STF (Supremo Tribunal Federal) por suas investidas golpistas

insultadas por meio da disseminação de desinformação. Bolsonaro é alvo de várias frentes de apuração, as principais relacionadas ao 8 de janeiro e outras reunidas no inquérito das milícias digitais.

Os votos de alguns ministros no TSE, entre eles o do relator, Benedito Gonçalves, e o de Alexandre Moraes, e relator das investigações criminais, indicam que o ex-presidente é visto como um integrante da milícia digital.

Votaram pela condenação Benedito Gonçalves, Floriano de Azevedo Marques Neto, André Ramos Tavares, Cármen Lúcia e Alexandre de Moraes. Já Raul Araújo e Kassio Nunes Marques se manifestaram para livrá-lo da acusação.

O relator Benedito Gonçalves mostrou em seu voto o entendimento de que há uma relação direta entre o discurso contra as urnas de Bolsonaro antes da eleição com os ataques do período pós-eleitoral — representado pela minuta golpista revelada pela Folha.

Ao defender a inclusão da minuta golpista encontrada na casa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres no processo, o ministro expôs a visão de que o golpe proposto seria a materialização do discurso do ex-presidente e de seus aliados ao longo do governo e, com mais força desde 2022, contra o sistema eleitoral.

“É evidente que a minuta materializou em texto formalmente técnico uma hipótese de fraude eleitoral em 2022. Isso em contexto no qual a hipótese de fraude era tratada como equivalente à derrota do candidato à reeleição presidencial”, disse o ministro.

Moraes, por sua vez, citou as milícias digitais no julgamento e fez referências a elas ao menos duas vezes.

O ministro classificou os milicianos digitais os que em todo o mundo têm produzido e divulgado a desinformação e indicou a necessidade de punição aos envolvidos.

“Desinformação produzida e divulgada por verdadeiros milicianos digitais em todo o mundo. Se esse vies autoritário e extremismo é o que queremos para a nossa democracia, vamos reafirmar a fé na nossa democracia e no Estado de Direito”, afirmou.

“Não vamos admitir que milícias digitais tentem novamente desestabilizar as eleições e as instituições democráticas”.

O inquérito das milícias digitais reúne todas as investidas golpistas de Bolsonaro contra as instituições e sua atuação na disseminação de fake news e desinformação.

No seu voto para aceitar as denúncias contra presos no 8 de janeiro, Moraes já havia indicado a relação entre os ataques com as investigações em andamento que apuram o ofensiva de Bolsonaro contra as urnas.

Ao indicar a relação dos casos, Moraes sinaliza para



ASSESSOR PUBLICA FOTO DE BOLSONARO SEM CAMISA
Fabio Wajngarten, assessor de Jair Bolsonaro (PL), publicou foto do ex-presidente sem camisa horas depois de o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) declarar o político inelegível até 2030; na publicação ele afirma que Bolsonaro é 'vítima, dessa tal democracia'

“É evidente que a minuta materializou em texto formalmente técnico uma hipótese de fraude eleitoral em 2022. Isso em contexto no qual a hipótese de fraude era tratada como equivalente à derrota do candidato à reeleição presidencial”.

Benedito Gonçalves ministro do TSE, durante seu voto em ação contra Bolsonaro

“Não vamos admitir que milícias digitais tentem novamente desestabilizar as eleições e as instituições democráticas”.

Alexandre de Moraes presidente do TSE, durante seu voto em ação contra Bolsonaro

apontar Bolsonaro como um dos autores intelectuais dos ataques, além de indicar o 8 de janeiro como mais um dos eventos atrelados à organização criminosos investigada no inquérito das milícias.

O ministro afirmou à CPI do 8 de janeiro que deve encerrar as diligências sobre a depredação das sedes dos três Poderes até o final deste mês. A apuração também se desbrua sobre lives de julho e agosto de 2022, quando Bolsonaro atacou as urnas e depois vazou um inquérito sob sigilo para sustentar as mentiras ditas sobre o sistema eleitoral.

No relatório sobre conteúdo encontrado com Mauro Gid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, o próprio delegado do caso apontou o seu entendimento sobre as investidas golpistas.

Segundo ele, em um primeiro momento, o inquérito identificou a atuação da associação criminosa investigada “no mundo virtual, nas redes sociais, onde seus integrantes promoveram/promovem ataques para pavimentar o caminho para alcance dos objetivos traçados (ganhos ideológicos, político-partidários e financeiros)”.

Após o 8 de janeiro, o delegado afirma que os materiais encontrados com Gid “revelaram o processo de materialização no mundo real dos objetivos da associação ora investigada, transbordando sua atuação para além da esfera virtual”. “A milícia digital reverberou e amplificou por múltiplos canais a ideia de que as eleições presidenciais foram fraudadas”, disse o delegado.

Como mostrou a Folha em maio de 2022, o inquérito das milícias já era visto na PF como um anteparo contra as investidas golpistas de Bolsonaro, entre elas, uma possível ação como a invasão do Capitólio, nos Estados Unidos, em 6 de janeiro de 2021.

A interpretação supunha que Bolsonaro, caso perdesse a eleição, se valeria da difusão de desinformação para estimular seus apoiadores a fazerem algo nos moldes do que ocorreu após a derrota de Donald Trump.

Com a escalada golpista após a derrota na eleição, a projeção da PF se concretizou e tem transparecido em manifestações de Moraes e integrantes do Judiciário.

A leitura é que a manutenção da disseminação de desinformação contra o sistema eleitoral por Bolsonaro e seus aliados criou o cenário para a materialização das investidas após o período eleitoral.

Primeiro, os bloqueios nas rodovias, passando pela tentativa de invasão do prédio da PF em Brasília, a bomba instalada em caminho próximo ao aeroporto da capital federal, chegando à depredação das sedes dos três Poderes.

A relação das Forças Armadas com todo esse processo também é alvo da apuração.

Os depoimentos tomados pela PF também no inquérito das milícias mostram que ao menos dois generais do círculo mais próximo de Bolsonaro se valeram de suas posições para buscar informações contra as urnas.

Luiz Eduardo Ramos, ex-ministro da Secretaria Geral mas com passagem por Casa Civil e Secretaria de Governo, e Augusto Heleno, este por meio da Abin (Agência Brasileira de Inteligência), atuaram com Bolsonaro em busca de informações para atacar o sistema eleitoral desde 2019.

Um dos maiores especialistas em urnas da PF, o perito Ivo Pexinho, que foi levado por Anderson Torres para uma reunião no Palácio do Planalto durante a busca por informações sobre possíveis fraudes, disse em depoimento que a Abin também pediu dados sobre tema desde 2019.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 4